



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00001656/2023-09

Assunto: Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso aos estudos acerca do piso salarial da enfermagem. Razões de recusa indicadas. Provimento negado.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00293/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Saúde, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão alegou que o pedido em questão não apresentava os elementos necessários para ser analisado e orientou o solicitante a formular um novo pedido. Insatisfeito o solicitante apresentou o presente apelo revisional cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o órgão informou que os estudos acerca do piso salarial da enfermagem encontram-se em fase preparatória, explicou que tais estudos tem natureza estratégica e sensível e esclareceu que o acesso às informações será plenamente garantido por meio da edição do ato decisório correspondente e fundamentou sua decisão no artigo 7º, § 3º, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que o órgão justificou adequadamente a negativa de acesso, uma vez que a LAI garante o acesso a qualquer informação pública produzida ou sob guarda dos órgãos e entidades da Administração Pública, desde que ela não se encontre protegida por salvaguardas legais previstas em normas específicas.
5. Nesse sentido, cumpre ainda observar que, em virtude da relevância da matéria, a publicidade extemporânea dos estudos solicitados pode gerar grandes transtornos, ao disseminar na sociedade expectativas que, dependendo da forma como forem divulgadas, poderão não se cumprir por serem baseadas em informações incompletas e inconclusivas.
6. Desta forma, considerando que o órgão indicou as razões para a negativa de acesso temporária à informação, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do

Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 28 de agosto de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel

Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Carlos Santa Izabel, Corregedor**, em 28/08/2023, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site